

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO EDUCACIONAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO EDUCACIONAL

DISCIPLINA: INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
RESUMO
Esta disciplina aborda sobre as instituições de Direito Público e Privado estudando a Teoria Geral do Direito. Assim, vamos entender os conceitos básicos de Direito, iniciando pelo Direito Objetivo e Subjetivo, passando pelo Direito Público e Privado, e concluindo com o Direito Positivo e Natural. Veremos que embora o Direito, a Justiça e a Moral caminhem juntos, às vezes estes se distanciam bastante e chegam a provocar reações na sociedade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 ORIGEM, FINALIDADE E CONCEITO DO DIREITO DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO – DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO DIREITO E MORAL: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS FONTES DO DIREITO INTEGRAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS
AULA 2 DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS PROIBIÇÕES CONSTITUCIONAIS PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES
AULA 3 DIREITO ADMINISTRATIVO: CONCEITO E PRINCÍPIOS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E ATO ADMINISTRATIVO LICITAÇÕES PÚBLICAS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AULA 4 DIREITO CIVIL. DIVISÃO. DIREITO DAS PESSOAS DIREITO DAS COISAS DIREITO DE FAMÍLIA DIREITO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATOS EM GERAL
AULA 5 DIREITO DO TRABALHO: INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS TRABALHISTAS RELAÇÃO INDIVIDUAL DO TRABALHO RELAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO SEGURIDADE SOCIAL

AULA 6

DIREITO DO CONSUMIDOR: INTRODUÇÃO
DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR
RESPONSABILIDADE E REPARAÇÃO DE DANOS AO CONSUMIDOR
DIREITO EMPRESARIAL
CAPACIDADE CIVIL E EMPRESARIAL

BIBLIOGRAFIAS

- BARRETO, M. P.; GALDINO, V. S. Os princípios gerais de direito, os princípios de direito de família e os direitos da personalidade. Revista Jurídica Cesumar, Maringá, v. 7, n. 1, 2007. p. 277-308. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/527>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- BEÇAK, R. A dimensão Ético-Moral e o Direito. Revista Brasileira de Direito Constitucional, São Paulo, n. 9, jan-jul 2007. Disponível em: http://www.escolasuperiordedireito.com.br/RBDC/RBDC-09/RBDC-09-307-Rubens_Becak.pdf. Acesso em: 27 ago. 2017.
- BRANCATO, R. T. Instituições de direito público e de direito privado. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DISCIPLINA:

AVALIAÇÃO, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

RESUMO

Abordagem histórica das concepções da avaliação. Políticas educacionais e processos de implementação e avaliação. Modalidades da avaliação. A relação sociedade-educação-avaliação. A avaliação da aprendizagem e as concepções pedagógicas. Situações de metodologias específicas para as diferentes áreas, considerando as múltiplas dimensões da formação humana. Relações entre educação e trabalho, diversidade cultural e cidadania como problemáticas da sociedade contemporânea. Avaliação como forma de inclusão e/ou de exclusão. A inter-relação da avaliação com os componentes da escola. Avaliação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diretrizes curriculares e o resultado de sua avaliação. Dinâmica da avaliação da aprendizagem na educação infantil, no ensino fundamental e na educação de jovens e adultos. Projetos educativos e as múltiplas relações das esferas do social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HISTÓRIA DA AVALIAÇÃO
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E A AVALIAÇÃO
CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE AVALIAÇÃO
A RELAÇÃO SOCIEDADE-EDUCAÇÃO-AVALIAÇÃO
RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO, DIVERSIDADE CULTURAL E CIDADANIA COMO PROBLEMÁTICAS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

AULA 2

AVALIAÇÃO COMO FORMA DE INCLUSÃO E/OU DE EXCLUSÃO
TIPOS DE AVALIAÇÃO
A INTER-RELAÇÃO DA AVALIAÇÃO COM OS COMPONENTES DA ESCOLA

MODALIDADES DA AVALIAÇÃO

EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS NÃO FORMAIS E FORMAIS E A AVALIAÇÃO

AULA 3

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO E A AVALIAÇÃO
AVALIAÇÃO NA LDB DA EDUCAÇÃO NACIONAL E NA BNCC
AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO SUPERIOR
ANÁLISE DE DADOS AVALIATIVOS E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS
O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E AVALIAÇÃO

AULA 4

A AVALIAÇÃO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO SER HUMANO
A DIDÁTICA, O CURRÍCULO E A AVALIAÇÃO
METODOLOGIAS DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
METODOLOGIAS ATIVAS DE AVALIAÇÃO
AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

AULA 5

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: METODOLOGIAS E PRÁTICAS
AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL
AVALIAÇÃO NO ENSINO MÉDIO E NO ENSINO TÉCNICO
AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

AULA 6

PROJETOS EDUCATIVOS E AS MÚLTIPLAS RELAÇÕES DAS ESFERAS DO SOCIAL
AVALIAÇÃO DE LARGA ESCALA
INSTRUMENTOS AVALIATIVOS
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2002.
- NETA, M. de L. da S.; JUNIOR, A. G. M. Práticas avaliativas na história das tendências pedagógicas no Brasil. In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 11.; ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1. 2012. Revista Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24728/1/2012_eve_mlsilvaneta.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.
- FREIRE, P.; HORTON, M. O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

DISCIPLINA:

ECOPEDAGOGIA: EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

RESUMO

O homem possui uma sensação de poder e dominação na sua relação com o meio ambiente e inúmeras vezes se esquece de que ele é parte integrante desse ambiente. Porém, a partir de uma visão de integração, surge a necessidade de se implementar cada

vez mais a educação ambiental nas escolas e nas comunidades. Com vistas a fornecer subsídios que possam fortalecer essa integração, surgiu a necessidade de criação deste material, como uma base, um apoio à realização de atividades teórico-práticas em educação ambiental. Com um apanhado geral de conceitos, leis, relatórios e bibliografias específicas da área, inúmeras características e problemáticas ambientais são apresentadas aqui como forma de promover uma atuação ambiental responsável, visando garantir qualidade de vida às gerações futuras, por meio da educação ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

RELAÇÃO HOMEM-AMBIENTE I
RELAÇÃO HOMEM-AMBIENTE II
FORMAÇÃO DAS CIDADES
DESCASO AMBIENTAL
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

AULA 2

HISTÓRICO AMBIENTAL
CLUBE DE ROMA
CONGRESSO DE TBILISI - 1977
RIO 92

AULA 3

SEÇÃO I: DIMENSÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS
SEÇÃO II: CONSERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS PARA O
DESENVOLVIMENTO

AULA 4

SEÇÃO III: FORTALECIMENTO DO PAPEL DOS GRUPOS SOCIAIS
SEÇÃO IV: MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

AULA 5

ECOPEDAGOGIA
O QUE É SUSTENTABILIDADE?
SUSTENTABILIDADE: PRINCÍPIO INTERDISCIPLINAR
ECOFORMAÇÃO OU FORMAÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE

AULA 6

EDUCAÇÃO AMBIENTAL GLOBAL
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

AULA 7

APRENDIZAGEM DO SER HUMANO ATRAVÉS DO MEIO AMBIENTE
CORRENTES TRADICIONAIS
CORRENTES MAIS RECENTES

AULA 8

PROJETO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PRÁTICA EDUCATIVA NA FORMAÇÃO DO HOMEM
OBJETIVOS E METODOLOGIA
METODOLOGIA APLICADA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

AULA 9

TRANSVERSALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE
TEMAS TRANSVERSAIS
FORMAÇÃO DO ALUNO POR MEIO DA INTERDISCIPLINARIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- Ecopedagogia: educação e meio ambiente [livro eletrônico]/Lívia Lucina Ferreira Albanus, Cristiane Lengler Zouvi. – Curitiba: InterSaberes, 2013. (Série Pedagogia Contemporânea)

DISCIPLINA:

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - ELEMENTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

RESUMO

Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?
DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS
VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS
TENSÕES FUNDAMENTAIS
DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA

AULA 2

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS
AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS
DIREITOS HUMANOS
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES
SOCIOCULTURAIS
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS
HUMANOS EM VIENA (1993)

AULA 3

ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)

EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)

ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH
OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH

AULA 4

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA

PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

AULA 5

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS

MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”

O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”

NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

AULA 6

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?

AS TELAS E OUTROS APARATOS MUDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL

“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO

AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?

BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.
- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.

DISCIPLINA:

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS DIFERENTES NÍVEIS E
MODALIDADES DE ENSINO

RESUMO

Nas últimas décadas, o direito de todos à educação vem sendo debatido de forma integral. Isso quer dizer que o sistema educacional, estratégias metodológicas e ações educacionais estão sendo revistas e atualizadas. Uma das principais mudanças é o foco na inclusão escolar. Veremos todos os contextos e abordagens referentes ao atendimento educacional especializado nos diferentes níveis e modalidades de ensino nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INCLUSÃO ESCOLAR NOS CONTEXTOS COMUM E ESPECIAL: O PAPEL DO PROFESSOR
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: AÇÕES COLABORATIVAS
EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM MEDIADA
METODOLOGIAS EXPOSITIVA E DIALÉTICA
METODOLOGIAS ATIVAS

AULA 2

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES
HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E CONVENÇÕES MUNDIAIS: INCLUSÃO ESCOLAR
DIRETRIZES EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NO BRASIL
ASPECTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INSERIDOS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: 2011-2020

AULA 3

O PAPEL DOCENTE NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: MATERIAIS
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: AVALIAÇÃO
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: O PLANO DE ATENDIMENTO
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS: ATENDIMENTO

AULA 4

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM SURDEZ
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E BAIXA VISÃO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

AULA 5

ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM
RECURSOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS E COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E
AUMENTATIVA
TECNOLOGIA ASSISTIVA NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS AOS ALUNOS COM ALTAS
HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO
MATERIAL DIDÁTICO: ALUNOS COM SURDOCEGUEIRA

AULA 6

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DA DEFICIÊNCIA

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DOS TRANSTORNOS GLOBAIS DO
DESENVOLVIMENTO

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

PLANEJAMENTO NA FLEXIBILIZAÇÃO: METODOLÓGICA, AVALIATIVA E/OU
CURRICULAR

BIBLIOGRAFIAS

- MORAN, J. M. Mudando a educação com metodologias ativas. In: Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. 2015. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.p df. Acesso em: 27 set. 2019.
- MENDES, E. P.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar. São Carlos: EDUFScar, 2014.
- BENITEZ, P., DOMENICONI, C. Consultoria colaborativa: estratégias para o ensino de leitura e escrita. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 18, n. 3, p. 141-155, 2016.

DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS

RESUMO

Vamos aos estudos sobre os Direitos Humanos, uma temática que é, ao mesmo tempo, muito comentada no senso comum e pouco compreendida em sua essência e extensão. Para tentar compreendê-la melhor, abordaremos de forma geral o sistema universal de proteção aos Direitos Humanos, discutindo o conjunto de instrumentos legais – nacionais e internacionais – órgãos, competências e procedimentos voltados à garantia desses direitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA
GLOBAL

O CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS

O SISTEMA CONVENCIONAL E OS COMITÊS TEMÁTICOS

MECANISMOS CONVENCIONAIS NÃO CONTENCIOSOS

AULA 2

SISTEMA EUROPEU DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS
DOCUMENTOS ADOTADOS PELO CONSELHO DA EUROPA
ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS
MECANISMOS DO SISTEMA EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS

AULA 3

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS
CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E O DUPLO REGIME
DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS
ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE
PREVENÇÃO E PUNIÇÃO CONTRA A TORTURA

AULA 4

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE
DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA
CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O DESAPARECIMENTO FORÇADO DE
PESSOAS
COMPETÊNCIA E MECANISMOS DE ACESSO À COMISSÃO INTERAMERICANA DE
DIREITOS HUMANOS
COMPETÊNCIA E MECANISMOS DE ACESSO À CORTE INTERAMERICANA DE
DIREITOS HUMANOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
BREVE HISTÓRICO E PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO
COMISSÃO AFRICANA DE DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS
MECANISMOS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DA COMISSÃO AFRICANA
CORTE AFRICANA DE DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS
DIREITO DOS POVOS E O SISTEMA AFRICANO

AULA 6

DIREITOS HUMANOS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
HIERARQUIA CONSTITUCIONAL DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS
CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE
CONSTITUCIONALISMO GLOBAL
DIÁLOGOS DE DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Decreto n. 65.810, de 8 de dezembro de 1969. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 dez. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html. Acesso em: 26 fev. 2019.
- _____. Decreto n. 40, de 15 de fevereiro de 1991. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 fev. 1991. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0040.htm. Acesso em: 26 fev. 2019.

- _____. Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF., 7 jul. 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm. Acesso em: 26 fev. 2019.

DISCIPLINA:
DIREITO E FAMÍLIA

RESUMO

Esta disciplina tem como objetivo trabalhar as relações de direito e família, um dos mais antigos institutos a receber proteção jurídica que está em constante mudança e, de tempos em tempos, é objeto de polêmicas sempre que ocorre o reconhecimento de diferentes aspectos de sua formação e organização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O DIREITO DAS FAMÍLIAS
EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS
TIPOS DE FAMÍLIAS

AULA 2

ESPÉCIES DE CASAMENTO: HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO
CAPACIDADE E IMPEDIMENTOS
REGIME DE BENS
INVALIDADE E DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO

AULA 3

LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL
UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO
AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL
CONVERSÃO DE UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO

AULA 4

FILIAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS FILHOS
FILIAÇÃO BIOLÓGICA E REGISTRAL
POSSE DO ESTADO DE FILHO: SOCIOAFETIVA E HOMOPARENTAL
EFEITOS DO RECONHECIMENTO

AULA 5

CURATELA
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
GUARDA
ALIENAÇÃO PARENTAL

AULA 6

REQUISITOS DA ADOÇÃO

ALIMENTOS OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DOS PAIS, AVÓS, PARENTES E PARENTES POR AFINIDADE COBRANÇA E PRESCRIÇÃO DOS ALIMENTOS
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">● KUSANO, S. Da família anaparental: do reconhecimento como entidade familiar. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7559. Acesso em: 20 set. 2019.● TARTUCE, F. Direito civil: direito de família. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.● RODRIGUES, P. M. A. A nova concepção de família no ordenamento jurídico. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6792. Acesso em: 20 set. 2019.

DISCIPLINA: NEUROCIÊNCIA EDUCACIONAL
RESUMO
Esta disciplina irá apresentar um momento de reflexão sobre a neurociência na educação – esta ciência que enriquece nossa existência com múltiplas experiências, com inúmeras possibilidades de exploração, de sentimentos e de sensações. Uma diversidade de cores, aromas, sabores, dores, flores, folhas e frutos. Mas, sobretudo no entendimento da diversidade de pessoas, com inúmeras limitações e infinitas possibilidades. Esta diversidade, que faz deste planeta uma obra de arte pulsante e indescritível, também está presente em nossa sala de aula. Entretanto, nestas circunstâncias, nem sempre compreendemos a infinidade de possibilidades de aprendizagem, e contemplar ou explorar este inusitado conhecimento que a neurociência proporciona. O que nos leva, por diversas vezes, à sombra, às dúvidas e ao medo de fracassar.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONTEXTUALIZANDO FUNDAMENTOS: DESDE O PRINCÍPIO, APRENDENDO PARA SOBREVIVER NEUROCIÊNCIA CELULAR: NEURÔNIOS – GERENTES DA VIDA SISTEMA NERVOSO: BASES ANATÔMICAS SISTEMA NERVOSO: BASES FISIOLÓGICAS BASES DA NEUROPLASTICIDADE
AULA 2 CONTEXTUALIZANDO BASES NEURAIS DAS PERCEPÇÕES BASES NEURAIS DA ATENÇÃO MEMÓRIA: BASES DA APRENDIZAGEM ANATOMIA E SISTEMAS DE MEMÓRIA FORMAÇÃO DA MEMÓRIA E APRENDIZAGEM
AULA 3 CONTEXTUALIZANDO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM

DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR

LEITURA: UMA ABORDAGEM NEUROCIENTÍFICA

AQUISIÇÃO DA ESCRITA: UMA ABORDAGEM NEUROCIENTÍFICA

IMPLICAÇÕES DA ALFABETIZAÇÃO PRECOCE

AULA 4

CONTEXTUALIZANDO

CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS E DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

PARALISIA CEREBRAL

TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE

DISTÚRBIOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

DISLEXIA DE DESENVOLVIMENTO

AULA 5

CONTEXTUALIZANDO

HABILIDADES DE DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR

AVALIAÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA DAS HABILIDADES MOTORA, SENSITIVA E VISUAL

AVALIAÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA DAS FALAS RECEPTIVA E EXPRESSIVA

AVALIAÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA DAS PRAXIAS ORAL, IDEATÓRIA E CONSTRUTIVA

AVALIAÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA DAS HABILIDADES ACÚSTICO-MOTORA, DOMINÂNCIA LATERAL, EQUILÍBRIO E MEMÓRIAS

AULA 6

CONTEXTUALIZANDO

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA LATERALIDADE E DA ORIENTAÇÃO ESPACIAL

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PERCEPÇÃO E DA MEMÓRIA VISUAL

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERCEPÇÃO E DA MEMÓRIA AUDITIVA

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA E DA ARITMÉTICA

BIBLIOGRAFIAS

- AMABIS, J. M. Biologia em contexto. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- GOULART, F. Neurotransmissão: sinapses. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/FlaviaGoulart/Aula_basica%20_SNC.pdf. Acesso em: 29 ago. 2018.
- BITTENCOURT, S. Neuromoduladores e neurotransmissores, noção geral. Disponível em: http://www.neurofisiologia.unifesp.br/neuromoduladores_nocaog_eral_simonebittencourt.pdf. Acesso em: 29 ago. 2018.

DISCIPLINA:

SISTEMAS DE ENSINO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

RESUMO

A disciplina de Sistema de Ensino e Políticas Educacionais tem como objetivo geral compreender a constituição do sistema educacional brasileiro com ênfase nos aspectos

legais e organizacionais da educação básica e as implicações para o exercício da profissão docente na efetivação da função social da escola.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

SISTEMAS DE ENSINO: CONCEITOS, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO
LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL – MARCOS LEGAIS: CONCEITO E IMPORTÂNCIA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO
NACIONAL (LDBEN)
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)
POLÍTICAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: CONCEITO E SEU PAPEL

AULA 2

HISTÓRICO DO ATENDIMENTO À CRIANÇA NO BRASIL: DA NEGLIGÊNCIA AOS
DIREITOS SOCIAIS
A EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: CF (1988), ECA (1990),
LDBEN (1996)
EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: O QUE DIZ OS RCNEI(S), AS DCNEI E O PNE
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL: ACESSO, QUALIDADE E
INVESTIMENTO T
AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A AVALIAÇÃO PARA/NA
EDUCAÇÃO INFANTIL

AULA 3

ENSINO FUNDAMENTAL: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO NAS LDBEN(S)
ENSINO FUNDAMENTAL: ACESSO, PERMANÊNCIA E QUALIDADE
ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO EF: ENTRE A SÉRIE (ANO) E OS CICLOS DE
APRENDIZAGEM
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR:
ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS
ENSINO FUNDAMENTAL NO CAMPO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

AULA 4

A DUALIDADE ESTRUTURAL DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: DUAL E ELITISTA TE
AS TRÊS FUNÇÕES HISTÓRICAS ATRIBUÍDAS AO ENSINO MÉDIO: CONCEPÇÕES E
PRÁTICAS
ORGANIZAÇÃO DO EM NA LEGISLAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO
PROFISSIONALIZANTE
ENSINO MÉDIO E AS QUESTÕES CURRICULARES
ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE NO CAMPO DAS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS

AULA 5

EDUCAÇÃO ESPECIAL
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E QUILOMBOLA NO BRASIL
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
EDUCAÇÃO DO CAMPO
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

AULA 6

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: ENTRE FORMAÇÃO E CARREIRA DOCENTE
ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: IDEB E SAEB
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE)
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

BIBLIOGRAFIAS

- LIMA, P. G.; ARANDA, M. A. de M. A.; LIMA, A. B. de L. Políticas educacionais, participação e gestão democrática da escola na contemporaneidade brasileira. Revista Ensaio. Belo Horizonte. v. 14. n. 1. p. 51-64, jan./abr. 2012.
- MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Legislação: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes. Acesso em: 6 fev. 2019.
- MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 6 fev. 2017.

DISCIPLINA:

GESTÃO EDUCACIONAL

RESUMO

O objetivo dessa disciplina é promover uma reflexão sobre as questões históricas relativas à administração, para que, assim, possamos compreender a evolução desse conceito e sua aplicabilidade à educação, buscando contribuir para a ressignificação do papel do pedagogo frente à gestão educacional da escola, já que este deve ser o mediador da prática educativa escolar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HISTÓRIA E AS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO
FASES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO
TGA
ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL X ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
TEORIAS ADMINISTRATIVAS E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO EDUCACIONAL

AULA 2

A EMPRESA E A ESCOLA
A ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA
A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA
ESCOLA: EDUCAÇÃO
ESCOLA VERSUS NOVAS GERAÇÕES

AULA 3

CONCEITO DE GESTÃO
GESTÃO EDUCACIONAL
GESTÃO ESCOLAR
GESTÃO ESCOLAR VERSUS GESTÃO EMPRESARIAL
O TRABALHO NA ESCOLA

AULA 4

A FUNÇÃO DA ESCOLA BÁSICA
CONCEPÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR
GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA
OS FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA
GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL

AULA 5

PRÁXIS DA GESTÃO ESCOLAR
A UTOPIA NA PRÁXIS ESCOLAR
LIMITES NA PRÁXIS ESCOLAR
DESAFIOS NA PRÁXIS ESCOLAR
PAPEL DO GESTOR NO ESPAÇO ESCOLAR

AULA 6

ÓRGÃOS COLEGIADOS
GESTÃO E OS ÓRGÃOS COLEGIADOS
CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)
GESTÃO E O PPP
GESTÃO E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

BIBLIOGRAFIAS

- BARTNIK, Helena L. de Souza. Gestão Educacional. Curitiba: Ibpex, 2011.
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. 7ª ed. São Paulo: Campus, 2004.
- MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

RESUMO

Denota-se que planejar é um envolvimento, um ato necessário para programar ou efetivar uma ação, partindo de metas, objetivos, metodologias, recursos e conteúdos até a avaliação. É um instrumento fundamental para o âmbito da pedagogia, afinal, trata-se de uma formação humana que tem como escopo os humanos: o instrumento planejar simboliza contemplar o outro e ver no outro as potencialidades que podem ser afloradas. Traçando um resgate histórico do planejamento educacional no Brasil, verifica-se que ele teve significativas mudanças, principalmente no que diz respeito ao seu significado, que partiu de um modelo extremamente tecnicista e metódico para uma concepção normativo/prescritiva da realidade e, então, para uma dimensão mais estrategista, englobando definição de diretrizes que orientam a transformação da realidade e do sujeito, bem como incluindo objetivos e metas de maneira a contemplar a formação do sujeito e valorizar as suas potencialidades. No entanto, vale destacar que muitas instituições praticam, ainda, o planejamento pautado em roteiros prontos e ultrapassados, que se utilizam de transposições didáticas e até mesmo de improvisos para a realização do trabalho em sala de aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONTEXTUALIZANDO

CENÁRIO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO
EDUCAÇÃO ESCOLAR, PEDAGOGIA ESCOLAR
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL – CONTEXTO EDUCACIONAL
PLANEJAMENTO E QUALIDADE EDUCACIONAL
DIALOGICIDADE NO PLANEJAR

AULA 2

CONTEXTUALIZANDO

A EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR
REFLEXÕES SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: LEI 13.005/2014)
DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO QUANTO AO PLANEJAMENTO
CONHECIMENTO DA REALIDADE
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA ESCOLA: ARTICULAÇÃO E NECESSÁRIA
DETERMINAÇÃO IDEOLÓGICA

AULA 3

CONTEXTUALIZANDO

A AVALIAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR
A AVALIAÇÃO E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
DIVERSIDADE NAS PRÁTICAS AVALIATIVAS
A ESCOLA VERIFICA OU AVALIA A APRENDIZAGEM?
INTERVENÇÕES PARA A PÓS-AVALIAÇÃO

AULA 4

CONTEXTUALIZANDO

EQUÍVOCOS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR
A AVALIAÇÃO PROCESSUAL
CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR
INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO
SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO

AULA 5

CONTEXTUALIZANDO

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO
A IMPORTÂNCIA DA DIDÁTICA NO PLANEJAR EDUCACIONAL
PLANEJAMENTO DIDÁTICO
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL SOB UM OLHAR
FILOSÓFICO
GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO SISTEMA
ESCOLAR BRASILEIRO

AULA 6

CONTEXTUALIZANDO

FUNÇÕES DA ESCOLA
NATUREZA E FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO HUMANA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">● DICIO. Dicionário On-line de Português. Disponível em: https://www.dicio.com.br/apreenderem/. Acesso em: 18 jul. 2018.● LUCKESI, C. C. Planejamento e avaliação na escola: articulação e necessária determinação ideológica. Disponível em: luckessi.pdf/html. Acesso em: 18 jul. 2018.● FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL
RESUMO
Nesta disciplina abordaremos a legislação educacional do Brasil, numa perspectiva crítica da natureza das leis e do planejamento da educação brasileira na atual conjuntura. Alguns importantes conceitos serão trabalhados sobre a democratização da educação básica, como funcionam os sistemas de ensino, bem como a legitimidade dos planos em nível nacional, referentes às políticas educacionais, considerando, nesse contexto, a atuação do Ministério da Educação (MEC) como parte do aparelho de Estado.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NATUREZA DAS LEIS E NORMAS COMPLEMENTARES SISTEMAS DE ENSINO: ENSINAR E APRENDER GESTÃO DA EDUCAÇÃO REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS RELAÇÕES ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS
AULA 2 TRABALHO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO EDUCACIONAL FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: PERSPECTIVA CRÍTICA E CONCEITOS FUNDANTES ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – LEI N. 8.069/1990 E SEUS DESDOBRAMENTOS EM DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO
AULA 3 APLICAÇÃO DA LDB NA EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CONSTRUÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL NA LDB: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA ENSINO FUNDAMENTAL NA LDB9394/96 LEI N. 13.415/2017 - O “NOVO” ENSINO MÉDIO
AULA 4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): LIMITES E AVANÇOS DISPOSITIVOS LEGAIS DA LDB 9394/96 RELATIVOS À AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

AVALIAÇÃO EM GRANDE ESCALA: AÇÕES DO MEC, DAS SMES, DAS SEEDS
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA

AULA 5

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): BASES DE SUSTENTAÇÃO
EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: COMO PROCEDER?

METAS DO PNE 2014/2024: ENTRE A POSSIBILIDADE E A REALIDADE

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNE 2014/2024: RESISTÊNCIA E CONTRADIÇÕES NA
ESFERA DA POLÍTICA EDUCACIONAL

AULA 6

BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS A PERCORRER

OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA BNCC: ESTRUTURA E PROPÓSITOS

A BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: CONCEPÇÕES, LIMITES CONCEITUAIS E
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTORICAMENTE SISTEMATIZADO

BNCC - RESOLUÇÃO N. 04/2018: PERCURSO DE CONSTRUÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.
- _____. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 12 nov. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.
- _____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.